

Estudo de Impacto Ambiental- EIA

Hidrovia Araguaia- Tocantins

KARAJÁ DO NORTE

Consultor: André Amaral de Toral

Parte 1- Diagnóstico Ambiental

dezembro de 1997

Índice

Parte 1

1. Nome	1
2. Localização	2
3. Território	3
3.1. Ocupação do território: o contato com outros grupos indígenas	5
3.2.1. O contato com a sociedade brasileira: do século XVII ao início de 1900	7
3.2.2. Histórico recente: de 1900 a 1997	10
3.3. Situação atual da terra	19
3.3.1. Histórico da Terra Indígena Xambioá	22
3.3.2. Invasões da área indígena	25
3.3.3. O depoimento dos Karajá do Norte a respeito da invasão e demarcação de suas terras	31
4. População	33
4.1. Evolução da população Karajá do Norte	34
4.2. O processo de perda e recuperação populacional	41
5. Modo de vida e uso dos recursos naturais	46
5.1.1. Organização social e meio ambiente	46

5.1.2. Organização política e territorialidade	47
5.1.3. O processo de formação das aldeias de Kurehe e Xambioá	51
5.1.4. Identidade étnica	54
5.2. Exploração do meio ambiente	55
5.2.1. Relacionamento com o meio ambiente e sazonalidade	55
5.2.2. Ecossistemas explorados	58
6. Relação do grupo indígena com a sociedade nacional	60
6.1. Utilização de recursos naturais	60
6.2. Formas de inserção na economia regional	61
6.3. Intercâmbio social e representação política	64
6.4. Projetos governamentais para a região	65
6.4.1. Estradas	65
6.4.2. A UHE Santa Isabel	66
6.4.2.1. Síntese das consequências da construção da UHE Santa Isabel sobre os Karajá do Norte	68
6.4.2.2. Recursos naturais da Área Indígena que seriam desativados	71
6.5.2.3. Realocação do Karajá do Norte	73
7. Condições de vida	74
7.1. Assistência	74
7.2. Saúde	76
7.3. Educação	78
7.4. Alimentação	78

Fase I- Diagnóstico

Karajá do Norte

1. Nome

Atualmente são conhecidos como Karajá do Norte. Entre os demais grupos de língua Karajá são conhecidos como *ixybiowa* ou ainda de *iraru mahãdu* ("turma de baixo"), em oposição aos demais grupos Karajá, chamados de *ibòò mahãdu* ("turma do alto"). A referência para a denominação do grupo é dado pela sua localização ao longo de um eixo, o rio Araguaia (turma de baixo = do norte, do baixo rio Araguaia; turma do alto = do sul, do alto e médio Araguaia).

Os Karajá do Norte eram, e são ainda, conhecidos como Xambioá na literatura etnológica. São chamados de "Karajá", simplesmente, pela população regional e de "Xambioá", mais frequentemente, ou "Karajá do Norte", muito raramente, desde o século passado, por viajantes, missionários e, mais recentemente, por funcionários do S.P.I. e da FUNAI.

Os membros do grupo indígena quase nunca se utilizam da palavra Xambioá para se auto referirem. "Xambioá" vem de *ixybiowa* ("amigo do povo") que era como se chamava uma aldeia que existiu na foz do rio de mesmo nome, a montante do atual Posto Indígena. Especulativamente, pode-se supor que o nome

tenha sido aplicado a todos seus habitantes e, posteriormente, a todos os Karajá do Norte. Mais comumente serve como designação da atual região da cidade de Xambioá.

A auto-designação Karajá do Norte, e o desuso do termo Xambioá, indica o desejo do grupo em identificar-se, prioritariamente, com a macro-etnia, em detrimento de sua micro-identidade (Maia: 1987, 7). Sua denominação atual enfatiza sua ligação com uma matriz cultural comum a todos os grupos Karajá.

"Xambioá" designa também um dialeto específico da família linguística Karajá pertencente ao tronco Macro- Gê. Os outros dois dialetos, o Javaé e o Karajá propriamente dito, designam também os outros dois grupos falantes de línguas da mesma família.

2. Localização

Os Karajá do Norte, o mais setentrional dos tres grupos de língua Karajá, são tradicionais habitantes da região do baixo Araguaia e, especificamente, das proximidades de seu trecho encachoeirado.

As duas aldeias atuais, Xambioá e Kurehe, no município de Araguaína (TO), localizam-se na margem direita do Araguaia,

distantes seis kilometros uma da outra, e a aproximadamente 100 km a montante da cidade de Xambioá e a 150 km, por estradas de terra e asfalto, de Araguaína e 70 km de Santa Fé do Araguaia, no norte do Estado do Tocantins, que são os centros urbanos mais importantes para o grupo.

3. Território

A localização de suas duas aldeias atuais, portanto, está dentro daquilo que poderia-se considerar área tradicional do grupo, que compreendia diversos trechos ao longo do baixo Araguaia.

Em 1888 os Karajá do Norte possuíam quatro grandes aldeias entre a corredeira Pau d'Arco (nas proximidades da atual cidade com esse mesmo nome) e a "grande cachoeira de São Miguel". Suas excursões de caça, entretando, levavam-nos até as proximidades de São Vicente do Araguaia (atual Araguatins), de onde foram expulsos pela colonização (Ehrenreich (1887) 1948, 155). Sua área de ocupação durante o início do século, ia dos 7o.30' até 5o.50' de latitude sul, ou seja, por mais de 240 km ao longo do Araguaia. Da data de visita de Ehrenreich (1887) até 1920 não existem informações a respeito da localização de suas aldeias. É provável que com a drástica redução da população em função de doenças, os remanescentes tenham se fragmentado e se instalado as

proximidades dos nascentes núcleos regionais vizinhos. Por volta de 1920/30 a população Karajá do Norte encontrava-se espalhada por volta de 8 aldeias e/ou grupos locais, todos localizados no baixo Araguaia.

Além dessas, são mencionados outros locais, que não se sabe se constituem pontos tradicionais de aldeamentos ou se foram ocupados em função do desejo de manter relações com o adventício. É o caso, por exemplo, dos arranchamentos estabelecidos por algum tempo junto ao garimpo Pedra Pedra, no local denominado Karabitxana. Além da grande redução populacional, a população remanescente encontrava-se dispersa em locais distantes uns dos outros, como Araguanã e aldeia da foz do Cabirirú.

Grande parte dos habitantes dessas aldeias foram reunidos pelo S.P.I nas proximidades do local denominado Água Fria, que é o nome de um tributário da margem esquerda do Araguaia, logo ao norte dos limites da atual reserva, onde o órgão pretendia estabelecer um posto para o grupo (Mensajeiro do Santo Rosário: junho de 1944, 61 apud Ehrenreich: 1948, 21). À essa primeira tentativa de implantação do S.P.I. no final da década de 40, teria se seguido outra, igualmente mal-sucedida, dessa vez na aldeia Kabiriry (que significa "estrada da bacaba"), localizada junto à barra do rio homônimo (que também aparece grafado como Cabiruru ou Cabiriru), no limite sul da atual reserva.

Ainda no início da década de 40, o Posto do S.P.I. e a população Karajá ali reunida, foram transferidas para o local onde se encontra hoje, entre o rio Matinha e o córrego da Paca.

Em seguida a essa última transferência, se deu a definitiva reunião dos habitantes das aldeias remanescentes e das famílias que viviam juntas com a população regional ribeirinha.

Aí permaneceram até o verão de 1985, quando pouco mais da metade de sua população se instala em *Kurehe hawa*, a seis quilômetros do Posto Xambioá. A tendência verificada em 1987 é a de permanência dos dois grupos locais, com população equivalente, paralelamente a um discreto crescimento de população que se registra atualmente.

3.1. Histórico do contato com outros grupos indígenas

Esse grupo de língua Karajá localiza-se ao norte da extensa área ocupada pelo grupos indígenas de língua ligadas ao tronco Gê, que vivem no Brasil central. Tiveram contatos históricos com diversos grupos Kaiapó, Timbira e Akwe. Entre os primeiros destacam-se os Irã-amrãire (os Kaiapó de Pau d'Arco), que se extinguiram junto à missão dominicana de

Conceição do Araguaia nas primeiras décadas deste século, os Metuktire e os Xikrim, que atualmente vivem no Pará. Entre os Timbira, mantiveram mais contato com os Apinajé. Os Akwe Xerente, principalmente no século passado, também mantiveram relações com os Karajá do Norte.

No século XIX essas relações tornaram-se geralmente conflituosas, a exceção aqui seria representada por alianças de duração limitada com os Xerente contra as guarnições militares, principalmente em função da alteração da localização dos grupos indígenas devido à chegada da colonização neo-brasileira. Há indícios seguros, no entanto, que nos séculos anteriores houve considerável intercâmbio social, principalmente com os grupos Kaiapó, dentre os quais se destacam os Xikrim, que ainda praticam rituais aprendidos dos Karajá do Norte, e os Metuktire, que conservam inúmeras peças de sua cultura material, principalmente cestos e plumárias, também "importados" dos Karajá do Norte. Segundo o antropólogo Terence Turner, que estudou os grupos Kaiapó, os Metuktire referem-se aos Karajá do Norte como uma espécie de "cultura mãe", o que nos dá idéia da profundidade dos contatos entre esses grupos indígenas.

No século XIX, ainda, mantiveram relações quase sempre conflituosas com os Tapirapé, grupo de língua Tupi-Guarani, quando este último deslocou-se em áreas marginais ao baixo Araguaia no seu movimento rumo sul.

3.2.1. O contato com a sociedade brasileira: do século XVI ao início de 1900

É provável que os Karajá do Norte, como os Karajá, tenham sofrido ataques de expedições escravagistas vindas de São Paulo no século XVII. Não eram, no entanto, alvo preferencial dos paulistas, que preferiam as aldeias Karajá do médio curso do Araguaia. Não há registros de semelhantes expedições no século XVIII.

Seu contato com "brancos", no início do século XIX, se restringia apenas a traficantes, missionários e aventureiros que atingiram o baixo Araguaia vindos do Pará. Chegaram ao início do século XIX relativamente preservados e eram considerados como o mais numeroso dos grupos Karajá do Araguaia.

Suas grandes aldeias, localizadas nas imediações do trecho encachoeirado do Araguaia, eram vistas como obstáculos à navegação e ocupação das áreas marginais ao rio. Para marcar a ocupação branca, e o uso estratégico do rio como meio de comunicação da província de S. Paulo e Goyaz com o norte, durante boa parte do século XIX os governos provinciais do Pará e Goyaz investiram na manutenção de presídios, guarnições militares, missões não só para conterem eventuais

agresões dos Karajá do Norte, como para transformá-los, em tese, em elemento colonizador da região.

Conflitos advindos da implantação de guarnições e colonos no baixo Araguaia fêz com que os Karajá do Norte saíssem de seu isolamento e procurassem o contato com as autoridades coloniais. A política de "pacificação" e aldeamento dirigida aos Karajá e Javaé certamente havia chegado ao seu conhecimento. Durante o governo de Fernando Delgado (1809-20) uma delegação de Karajá do Norte esteve na capitania de Goiás, manifestando desejo de serem aldeados (Alencastre: 1865, 100). O governador, no entanto, não lhes deu a menor importância, uma vez que nesse período a "catequese" (aldeamentos governamentais) estavam em completo abandono em Goiás.

Talvez a razão para o envio de emissários fosse mais o desejo de arranjar uma forma de convivência com os colonos e guarnições militares que se instalavam no baixo Araguaia do que propriamente o desejo de se transferirem para os aldeamentos Reais, que aliás deveriam conhecer graças aos demais grupos Karajá que lá viveram. Seja como fôr, as tentativas feitas pelos Karajás no Norte em normalizar em suas relações com a sociedade brasileira não foram consideradas.

Em 1813 iniciam-se os conflitos desse grupo com as guarnições militares que durariam até o final do século. Nesse ano, aliados a grupos Akwe, provavelmente Xerente, arrasam o presídio de Santa Maria. A partir da segunda metade do século amiam-se os ataques dos Karajá do Norte às guarnições militares dos Martírios e Santa Maria principalmente.

São também registrados choques armados na Missão de Chambioás, onde um missionário Capuchinho comanda a ação repressiva do destacamento ali estacionado, que causou a morte de cerca de 30 índios.

A maioria dos ataques dos Karajá do Norte foram dirigidos contra os militares através dos quais tentava-se afirmar a presença brasileira no baixo Araguaia: presídios, acampamentos, destacamentos e embarcações militares, mesmo sob forte escolta. A razão dessa "preferência" é explicável: os militares encarregavam-se em controlar a presença indígena justamente nas proximidades das maiores aldeias Karajá do Norte. Adotavam, por força da missão a que estavam destinadas, uma política certamente bastante repressiva em relação aos grupos indígenas da região, apoiada no uso das armas.

Os núcleos pioneiros, não-militares, em função de sua fragilidade à (relativamente) numerosa população indígena certamente não adotaram um comportamento declaradamente

hostil frente aos índios, deixando ao exército o papel de gendarme.

Nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas deste século os Karajá do Norte sofreram enormes perdas populacionais, devidas principalmente às doenças e, numa escala muito menor, choques armados com as guarnições militares. Nas primeiras décadas do século XX os Karajás do Norte finalmente deixam de se apresentar como um obstáculo à navegação e ao estabelecimento de núcleos pioneiros no baixo Araguaia. Ironicamente, os planos para a navegação e colonização já se encontravam abandonados desde o final do século passado. A principal consequência da política agressiva adotada em relação a eles é o deserto populacional existente nos dias de hoje no baixo Araguaia, resultado da extinção de suas aldeias. Estas, atualmente, encontram-se separadas por mais de 250 km de rio da mais próxima aldeia Karajá.

3.2.2. Histórico recente: de 1900 a 1997

A história oral do grupo aponta uma série de eventos marcantes, que foram usados para dividir sua história recente em quatro fases, que passo a descrever a seguir.

1a. fase (1900- 1940 aproximadamente)- Surgimento do branco em caráter permanente no Araguaia, doenças, perda de população, existencia de diversas aldeias, relações com regionais e outros grupos indígenas.

Nas quatro primeiras décadas desse século os Karajá do Norte viviam em diversos locais, adotando diferentes locais de moradia, conforme a estação do ano, devido ao nomadismo que marcava suas relações com o meio ambiente.

Quadro 1

Localização das aldeias Karajá do Norte em 1940 aproximadamente.

<u>Nome atual do local</u>	<u>Nome da aldeia</u>
P.I. Xambioá	Manámyry
Araguanã	Kabitxaná
São Domingos	Xiwahatí
Itaipavas	Koro
Faz. Santa Rita	Tomare
Cinzeiro	Haririwa
Liberano ou S. Francisco	Berorehe
Foz do Cabiruru ou Cabiriru	Kabiriry

Essas aldeias eram ocupadas basicamente no inverno (novembro a março), época em que se dedicavam às atividades agrícolas. No restante do ano os Karajá do Norte viviam nas praias, explorando o rio e relacionando-se com grupos de Karajá que viviam dispersos e que futuramente formarão as aldeias nortistas dos Karajá (principalmente com as de Macaúba e Lago Grande) e Javaé (Kanoano), com outros grupos indígenas (basicamente Kaiapó) e com a população regional.

Na década de 40, o grupo local que vivia próximo ao atual Posto era liderado por Antonio Axure, então líder de considerável segmento populacional. Sucedendo-o na chefia aparece Itxeð, ou Téo. Viviam na praia defronte ao atual Posto, "no tempo que Karajá vivia como gaivota" que como os atuais Karajá de Norte se referem a esse período de intenso nomadismo. Manuel Axure, filho de Antonio, é o próximo líder desse grupo e com forte ascendência sobre as demais famílias e/ou grupos locais. Manuel liderou seus parentes na mudança para uma aldeia situada próxima à foz do Kabiriry.

Os pequenos grupos familiares dispersos experimentavam, já nesse período, intensa perda de população, causada pela irupção violenta de doenças importadas da população regional e pela inexistência de apoio por parte do S.P.I., Missões, etc.

2a. fase (1940- 1950 aproximadamente)- Instalação do posto do S.P.I., reunião dos diversos grupos locais, alcoolismo, brigas internas, desativação do Posto, dispersão.

O primeiro representante do S.P.I. do qual os Karajá do Norte tem lembrança, é de um chefe de Posto chamado José Maria, que apareceu na região no final da década de 40. Trouxe roupas, machados, facas e outros artigos industrializados com os quais tentava atrair e reunir a população dispersa. Com o objetivo de fundar um Posto, o representante do S.P.I. dirigiu-se à aldeia Kabiriry. Não se dispõe de muitas informações a respeito do tipo de ação indigenista desenvolvida nessa aldeia, nem quanto tempo teria durado. Como o porto da aldeia era inadequado para a atracagem de barcos, na época a única possibilidade de ligação com núcleos regionais, o inspetor José Maria conseguiu com que os Karajá do Norte mudassem para o local onde atualmente se localiza o P.I. Xambioá. Depois da mudança e instalação do Posto, o S.P.I. procurou reunir os habitantes das demais aldeias e as famílias que viviam em contato com os regionais ribeirinhos.

A orientação da Inspeção parece ter se norteado no sentido de fixar os índios junto ao Posto, com a construção de casas e abertura de áreas para roças. Da mesma forma que em relação a outros grupos Karajá, o objetivo era tentar tornar

sedentária essa população que vivia em frequente deslocamento, como condição fundamental para se viabilizar o trabalho assistencialista.

Além da construção de casas, nesse período foi instalada uma olaria para a fabricação de telhas e foram feitas grandes derrubadas para a abertura de roças. Toda a área próxima à atual aldeia e onde se localiza o antigo campo de pouso teria sido aberta nessa época.

Este primeiro aldeamento, formado pela reunião dos habitantes de diversos grupos locais, teve curta duração. Em função de brigas e dissensões internas, seus habitantes se dispersaram.

Nessa época, os Karajá do Norte se achavam expostos à influência dos regatões que percorriam o baixo e médio Araguaia. Vendiam peixe fresco e salgado, principalmente as mantas de pirarucu salgado, além de couros de diversos animais, principalmente felinos e lontras. Em troca recebiam, entre outras coisas, cachaça, aparentemente sem a intervenção do S.P.I., provavelmente por decisão dos próprios Karajá. Estes últimos tem lembrança de um comerciante chamado Zé Caju, que viajava de Conceição para Xambioá, negociando pinga nos aldeamentos Karajá e Karajá do Norte que encontrava no percurso.

Os conflitos e tensões evitados através da circulação de indivíduos e famílias por diversas aldeias, eclodiram de forma violenta quando seus habitantes foram reunidos e sujeitos ao convívio cotidiano. Além desses, outros conflitos, ligados ao reconhecimento de lideranças pelo S.P.I. também geraram desavenças nesta e nas demais tentativas de reunião do grupo promovidas pelo órgão indigenista.

Vivendo anteriormente em unidades locais politicamente autônomas, os diversos grupos Karajá do Norte passaram a uma situação radicalmente diferente : diversas lideranças, juntamente com seus segmentos familiares, tiveram que se acomodar e aceitar o convívio e a autoridade do "capitão" escolhido pelo S.P.I..

Numerosas brigas e discussões, que ocorriam nesse período entre o grupo, foram agravadas pela introdução do consumo rotineiro de álcool por numerosos elementos do grupo. Segundo o depoimento de Láo, capitão do grupo por volta de 1982, num só dia foram mortos dois velhos, uma mulher e uma criança em função de desavenças internas.

A situação interna da aldeia recém formada deteriorou-se rapidamente, forçando, até certo ponto, à dispersão de seus habitantes e seu retorno aos locais onde viviam anteriormente.

Pouco antes dessa dispersão, ocorrida ainda no final da década de 40, havia ocorrido a desativação do Posto, fato que constituiu-se num importante desestímulo para a permanência, no local, para os que lá haviam sido reunidos, em grande parte em função da existência do Posto. Ao que tudo indica, o local em si não exercia nenhuma atração sobre os índios que não viviam lá. O que os atraía era a assistência prestada, mais do que fatores naturais que caracterizassem o local como especialmente propício ao estabelecimento de uma aldeia.

3a. fase (década de 50)- Retorno aos antigos aldeamentos, fundação de novos, convívio com regionais.

Não se dispõe de muitos dados sobre esse período, que deve ter durado apenas alguns poucos anos. Além de retornarem aos locais que habitavam até o início da década de 40, diversas famílias passaram a conviver com regionais, instalando-se próximos a núcleos ribeirinhos. Datam desse período as primeiras uniões com a população regional, contraídas por membros do grupo que hoje tem cerca de 60- 70 anos. Essas uniões, no entanto, não produziram descendentes.

Continuam a ocorrer, nesse período, numerosas mortes devido às doenças e à inexistência de cuidados médicos.

4a. fase (final da década de 50 até o presente)- Reativação do Posto, nova reunião e fixação dos Karajá do Norte, criação da Aldeia Nova.

Em meados da década de 50, iniciou-se a segunda tentativa de implantação do S.P.I. entre esse grupo indígena. Um inspetor, chamado Miguelzinho, trouxe um outro, Altino, para reiniciar os trabalhos. Este último reiniciou o trabalho de reunião dos grupos. Dirigiu-se para Liberano e insistiu para que o capitão Wasabedu voltasse para a aldeia do Posto. Em seguida, rumou para Araguanã, onde convenceu o capitão Manuel Axure. Da mesma forma dirigiu-se a todos os locais onde viviam os remanescentes dos Karajá do Norte, convencendo-os a reunirem-se.

Uma vez agrupados os habitantes das diversas aldeias, promoveu nova derrubada, cerca de 20 linhas de roças (01 linha = 55 m²), que são as roças atualmente abandonadas, existentes atrás do Posto da aldeia Xambioá.

Depois do falecimento de Manuel Axure em, 1972, a chefia formal foi assumida por Láo, até a morte de sua primeira mulher, que ocorreria pouco tempo depois. Sucedeu- o Joaquim Temysari e, posteriormente, Tahakaná. A partir de 1980, a chefia voltou a ser exercida por Láo.

Nessa época foram contraídas 14 uniões com pessoas da região. Em 1982, viviam na aldeia nove regionais (cinco homens e quatro mulheres) casados com Karajá do Norte. A essa população juntaram-se, em 1980, um grupo de aproximadamente 20 Guarani- Mbya, vindos do sul do Mato grosso do Sul e provavelmente do Paraguai. Encontravam-se vivendo em diversas reservas indígenas dos estados do Tocantins e Goiás, especialmente no Parque Indígena do Araguaia, vizinhos dos Javaé e Karajá. Tres Guarani (um homem e duas mulheres) casaram-se com Karajá do Norte. Muito poucas uniões foram feitas com Karajá e Javaé, devido à distância entre as aldeias dos grupos, que aumentou devido à extinção de numerosas pequenas aldeias Karajá nortistas e ao deslocamento de suas populações para aldeias mais ao sul. Foi a incorporação dos regionais e Guarani que permitiu a recuperação populacional do grupo, impedindo sua extinção física na década de 60, quando o grupo foi reduzido a apenas 40 pessoas, devido à irupção violenta de diversos tipos de moléstias, alcoolismo e lutas internas.

O estabelecimento de uma assistência médica regular e a definitiva fixação dos Karajá junto ao Posto, facilitando tratamentos, por outro lado, também tiveram efeito positivo na recuperação populacional do grupo. Somente no final da década de 60, conseguiu-se deter o efeito devastador das epidemias sobre essa população.

Durante os anos 70, a infraestrutura da FUNAI junto ao grupo foi ampliada, com a construção de casas para o Posto, envio de alguns membros do grupo para serem treinados como monitores bilíngues, atendentes de enfermagem, etc. Depois de estabelecidos na área que lhes foi destinada pelo S.P.I./ FUNAI, a mesma sofreu diversas tentativas de invasão por parte de fazendeiros vizinhos e os Karajá do Norte envolveram-se em negócios com a madeira existente no interior da reserva.

Em 1985, por motivos de política interna, um grupo de dissidentes, liderados pelo cacique José Boròri Txebwarè, funda a aldeia Kurehe, seis quilômetros à jusante. Atualmente, os caciques das aldeias Kurehe e Xambioá são, respectivamente, Láo e Joaquim Temysari.

3.3. Situação atual da terra

A "Terra Indígena Xambioá", que reúne toda a população Karajá do Norte, está reservada e demarcada fisicamente desde 1979. A Área está registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Araguaína. Em 3 de novembro de 1997, foi assinado o decreto presidencial que homologou a demarcação administrativa promovida pela FUNAI.

A área chegou ao final do longo processo de regularização fundiária.

Essa "Terra Indígena Xambioá", que possui 3.326,35 hectares, todavia, representa apenas um fragmento do território tradicionalmente ocupado pelos Karajá do Norte. Não representa o território ocupado pelo grupo nas suas atividades de pesca, caça e coleta de alimentos e materiais. A exigüidade da atual reserva faz com que os índios, surpreendentemente, sejam considerados como "invasores" pelos alegados proprietários das áreas que o grupo continua a percorrer atualmente, como faziam no passado.

A atual área indígena parece ter sido selecionada pelo S.P.I. tomando como critério o de escolher uma área que ficasse em torno ao Posto, fundado em meados de 1940 para a reunião de diversos grupos dispersos. O lote selecionado para os Karajá do Norte nunca foi mínimamente representativo da área por eles ocupada. Apesar de não terem sido consultados sobre a definição da área, passaram a ser considerados, a partir da definição do lote que lhes era reservado, como "invasores" de terras alheias. Havia uma pressão por parte do S.P.I., proprietários e moradores vizinhos para que se limitassem a explorar somente seu lote, evitando as regiões próximas.

Historicamente o S.P.I. e a FUNAI aparecem como agências voltadas, não para a garantia da integridade do território

Karajá do Norte, mas para evitar choques com os ocupantes vizinhos, viabilizando o processo de ocupação, na maioria das vezes sacrificando boa parte das terras indígenas, às quais deveriam proteger.

Como exemplos temos diversas comunicações dos agentes governamentais que, não reconhecendo os direitos territoriais do grupo, tratam de limitar seu direito de ocupação. Em um ofício dirigido ao Chefe da 8a. I.R. em setembro de 1964, o encarregado do Posto Indígena Pedro Ludovico (antigo "Carajá do Norte" e futuro "Xambioá"), informou que os índios "estão há dois anos fazendo roças e pequenas benfeitorias fora das terras do Posto julgando terem os mesmos direitos" (Rezende: 06.09.64,1)

O representante do S.P.I. atribui o fato à "cobiça" dos índios "infloídos (sic) pelo direito de posse assegurado aos civilizados". No mesmo ofício, solicita confirmação dos limites do lote 13 e pergunta se os índios teriam direito à indenização das benfeitorias localizadas fora da área do lote. Na resposta, o Chefe da 8a. Inspetoria Regional confirma os limites do lote e aconselha a construção de benfeitorias dentro da área considerada para "não haver questões com particularidades de lotes limítrofes" (Santos: 04.11.64,1)

As diminutas dimensões da área indígena, que não inclui o território próximo às aldeias habitadas pelo grupo até a década de 1950 e 1960, bem como nenhum trecho importante de sua área de perambulação, se traduz pelo contínuo trânsito dos Karajá do Norte por extensos trechos ao longo do Araguaia e nas cercanias da atual reserva, como fazem desde muito antes da implementação da "reserva".

A principal razão pela qual os índios continuam a se utilizar dessas áreas é a insuficiência da AI Xambioá, em termos de pesca, coleta de alimentos e/ou outros materiais e também em termos de atividades agrícolas. Para pescar, atualmente, dirigem-se às lagoas e outros pontos piscosos localizados fora da "reserva". Para coleta de alimentos também percorrem áreas fora da "Terra Indígena Xambioá". Da mesma forma, para obterem materiais necessários à elaboração de artesanato são obrigados a comprá-los da população regional que ocupou seu território.

3.3.1. Histórico da "Terra Indígena Xambioá"

Apesar da fundação do Posto Indígena na década de 40, foi somente em 1960 que o SPI iniciou a regularização legal das terras então ocupadas pelos Karajá do Norte. Em julho desse ano, o chefe da 8a. Inspetoria Regional do S.P.I., Iridiano Armarinho de Oliveira, encaminhou uma solicitação ao então

governador do Estado, solicitando a concessão, por doação, aos habitantes do P.I. Carajá do Norte, do lote 13 da demarcação de primeira etapa do loteamento "Rio Lontra e Andorinha", efetuado pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado de Goiás em terras devolutas. Ao que tudo indica, já teria havido contatos anteriores entre representantes do S.P.I. e o governo estadual para a doação de um lote ao grupo, uma vez que nessa mesma carta, fica claro que o Patrimônio Indígena do Serviço de Proteção aos Índios - 8a. Inspetoria Regional, que arcaria com as despesas de demarcação, registros, publicações, etc.

Em novembro do mesmo ano (1960), o lote 13 do loteamento denominado "Rios Lontra e Andorinha" foi homologado como "reserva para o Serviço de Proteção aos Índios (aldeia Carajás)" e inicia-se a formação do processo na Divisão de Terras do estado (Falcão: 1960, 1).

Em março de 1963, foi transcrito no Cartório de Araguaína (GO), o extrato do imóvel denominado lote 13 do loteamento denominado "Rio Lontra e Andorinha", 1a. etapa. O certificado de propriedade dá como adquirente o Serviço de Proteção aos Índios, através do então chefe da 8a. I.R., Iridiano Armarinho de Oliveira, e como transmitente o Estado de Goiás, através do título de domínio expedido pelo Departamento de Terras e Colonização em 10 de novembro de 1961 e firmado pelo

seu diretor Dr. Benedito Antonio do Vale. O terreno devoluto do Estado foi cedido como doação (Soares: 1963, 1).

Em setembro de 1964, o encarregado do Posto Indígena Pedro Ludovico, comunica que estava procedendo ao reavivamento dos piques de delimitação "obedecendo aos limites traçados na planta de localização anexa ao memorial 9-16-10.-62 (Rezende: 1964, 1). Com esta informação, pode-se deduzir que a demarcação e instalação de marcos e estacas, foi realizada pela primeira vez entre final de 1961 e final de 1963.

Em novembro de 1968, é emitido o Memorial Descritivo da Medição e Demarcação do Terreno pela Divisão de Terras e Colonização do Estado de Goiás. Além de descrever a área demarcada, o memorial informa sobre a construção de picadas, balisas e marcos demarcatórios (Goiás/Divisão de Terras e Colonização: 1968, 1-2).

A doação do governo do Estado de Goiás ao S.P.I. fê-lo propriedade da União, quando o órgão foi extinto.

Em 24 de maio de 1978, o presidente da FUNAI, Ismarth de Araújo Oliveira, assina o memorial descritivo relativo à área "Posto Indígena Xambioá". A descrição da área é coincidente com a do "Memorial..." emitido pela Divisão de Terras e Colonização do Estado de Goiás, acima. Esse memorial da FUNAI/MINTER foi publicado no Diário Oficial de Goiás, no.

13.025 de 08.06.1978. Logo abaixo do memorial descritivo, um edital da FUNAI comunica que se procederá à demarcação administração da área em questão.

O registro no cartório de Araguaína e a delimitação física vieram dar mais definição ainda a sua situação legal. Desde essa época, apesar da definição positiva de sua situação fundiária, a área passou a ser sistematicamente invadida e saqueada pelos fazendeiros vizinhos, com a total inoperância do órgão tutor e das autoridades policiais competentes.

Finalmente, o decreto de 3 de novembro de 1997, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e publicado no diário oficial de 04/11/97, homologou a demarcação administrativa promovida pela FUNAI da Terra Indígena Xambioá, "destinada à posse permanente dos grupos indígenas Guarani, Karajá e Xambioá".

3.3.2. Invasões da área indígena

Diversos fazendeiros dos lotes vizinhos à reserva invadiram, e tentam invadí-la contemporaneamente, para apropriar-se de seus recursos naturais - madeira de lei principalmente - ou então aproveitando-a como área de plantio ou para estabelecimento de pastagens para gado. Essas invasões se dão principalmente do marco 1, promovidas pelos ocupantes dos

lotes 11 e 12, contíguos à reserva, e próximas aos marcos 2 e 3, promovidas pelo fazendeiro Adão Souto, proprietário do lote 20, vizinho à reserva.

Em 18 de junho de 1975, o chefe de Posto, num rádio ao delegado da 7a. Delegacia Regional da FUNAI, denuncia que os ocupantes dos lotes 11 e 12 estariam fazendo desmatamentos e explorando madeira nos limites da reserva. "Estando estes (os invasores) nos limites da reserva e (por) não possuírem linhas demarcatórias identificáveis, há suspeita de invasão da área".

O delegado da FUNAI em sua resposta datada de 19 de junho do mesmo ano, informa que se estariam tomando providências no sentido de se reavivar (limpar e conservar) a linha demarcatória. Cinco dias depois, novo radiograma do delegado, confirma ao chefe de Posto, a preocupação de se reavivar a picada e os marcos demarcatórios através de gestões junto ao "departamento competente".

Ao assumir a chefia do P.I. Xambioá em fevereiro de 1976, o encarregado declara que as invasões por proprietários vizinhos: "sempre avançam um pouquinho alegando desconhecimento da linha demarcatória da Reserva. O que tem contribuído para que isso ocorra, é o desaparecimento total dos marcos, que com o passar do tempo foram deterioradas ou premeditadamente destruídos".

O mesmo chefe de Posto remete-se às promessas feitas pelo Delegado da 7a. D.R. através dos radiogramas números DR-GYN-12 e 83, datados respectivamente de 19 e 24.06.75, de reavivação dos limites da reserva e reclama da morosidade com que o problema é tratado, ao mesmo tempo em que prosseguem as invasões: "em consequência (da inoperância da FUNAI), já encontrei a área invadida pelo fazendeiro Adão Souto, que além de alegar desconhecimento dos marcos, alegou também, desinteresse por parte dos chefes anteriores (Antônio e Benedito) em providenciarem a recolocação dos mesmos, como pretendia explorar imediatamente o seu lote (No. 20) - fronteiroço ao nosso - demarcou-se "a olho", havendo penetrado em grandes proporções; os indígenas foram lá e reclamaram, ele recuou um pouco, mesmo assim, de acordo com os dados por mim colhidos junto aos que conheceram os marcos, o referido senhor se encontra dentro da Reserva em uma medida aproximada de 15 (quinze) alqueires. Procurei-o com dados convincentes da irregularidade, mas, em contra-argumento ele apresentou-me mapa da região com vagas e inconvincentes explicações, não me restando outra alternativa senão esperar as providências do Departamento competente dessa Fundação, que dissiparão as dúvidas, já que o Sr. Adão ampara-se no recente trabalho de um Agrimensor de Araguaína - "Antonio Agrimensor" - que afirma, inclusive, haver encontrado algumas divergências nas indicações do mapa. A gravidade, é que o invasor já está dentro, explorando o trecho com razoável

quantidade de plantio de arroz e milho, mas, na opinião dos silvícolas e até mesmo de alguns civilizados vizinhos, isso é apenas um pretexto para uma futura investida no MOGNO existente em abundância na área, se não houver nenhuma providência da nossa parte para coibir o abuso".

O chefe de Posto ressalta, mais uma vez, a necessidade de se fazer a reavivação dos marcos demarcatórios da reserva, como forma de controlar as invasões praticadas.

Além deste caso de grilagem evidente, praticado por parte do fazendeiro Adão Souto, também a madeira existente na reserva chamava a atenção das madeireiras locais. Em fevereiro de 1976, o gerente da IMPAR Ind. Madeireira Paraense e Agropecuária Ltda. (de São Geraldo) foi advertido pelo chefe de Posto, Raimundo Nonato, da impossibilidade de obter autorização para a exploração da madeira da reserva através do consentimento dos índios, ou de seus representantes, e que tal autorização somente poderia ser obtida através da FUNAI. Representantes da Madeireira e da Comunidade indígena já haviam acertado a derrubada de 100 toras, anteriormente. Ao embargarem-se as negociações pelo chefe de Posto, abortou-se o negócio. Posteriormente o mesmo chefe de Posto consultou a população Karajá segundo seu relato "e quase a totalidade foi contra (a exploração da madeira por particulares); estão interessados realmente em tirar a madeira para construir suas casas mas preferem condições dadas pela FUNAI, fornecendo o

material e eles mesmos farão o trabalho, retirando somente o material". O Chefe do Posto encaminha em anexo, projeto da retirada de madeira que aproveitaria os índios como mão-de-obra, seria gerido pela FUNAI e cuja renda, o órgão tutor reverteria em benefício da própria comunidade indígena (Santos: 25.02.76, 2). Não houve resposta oficial a essa iniciativa.

Apesar das seguidas solicitações de providências por parte do Chefe do Posto a "aviventação dos marcos da reserva" não se realizou até dezembro de 1976.

Num ofício dirigido ao Delegado da 7a. Delegacia Regional, Ivan Baiochi, o chefe de Posto, Raimundo Nonato, informa, em dezembro de 1976, que as invasões continuam: além da invasão perpetrada pelo Sr. Adão Souto próximo aos limites dos marcos 2 e 3, outra estava se realizando ao sul, próxima ao marco 1. O fazendeiro Adão Souto, seguidas vezes advertido pela chefia do Posto, continuava a invadir a reserva tentando negociar a área invadida pela construção de uma estrada. O chefe do Posto finaliza ressaltando a urgência da reavivação dos marcos como forma de evitar a continuidade das invasões e solucionar a natural revolta da comunidade insatisfeita pela invasão de seus domínios" (Santos: 20.12.76,1)

Mas o tempo passava e as medidas prometidas pela FUNAI não se concretizam. como consequência, as invasões continuavam. Em

agosto de 1977 numa dramática mensagem de rádio, o chefe do Posto dá o quadro de um conflito eminente:

- "Solicito providências urgentes, envio equipe demarcação afim reavivar piquetes (de demarcação) n/reserva. Problemas aqui tem se agravado. Os envolvidos uzam o nome de um criminoso para atemorizar as pessoas, agora ameaçam-nos após a proibição da chefe (do posto) em suspenderem os serviços irregulares, ameaçam a quem pisar no local de levar chumbo. Não ficaremos de braços cruzados, faremos possível evitar catástrofe. Aguardamos instruções e se possível polícia afim apurar ameaças contra pessoal reserva" (Ver Documento no. 11). Oportunamente, em maio de 1978, através de um Edital, o Presidente da FUNAI, Ismarth de Araújo Oliveira "leva ao conhecimento público que fará proceder à demarcação administrativa da área indígena denominada Posto Indígena Xambioá.

No início de 1979, a firma Patraty, vencedora da concorrência promovida pela FUNAI para a demarcação das terras indígenas, iniciou seus trabalhos.

Ao mesmo tempo, continuavam os conflitos com o fazendeiro Adão Souto. Em fevereiro de 1979, o referido fazendeiro esteve na casa do índio Anselmo Xohokò Karajá "com o intuito de derrubar um marco divisório das demarcações localizado próximo à sua casa, acompanhado de quatro capangas ou

comandados seus. Não conseguindo derrubar o marco de cimento, começou a derrubar as plantações. Em seguida, dirigiu-se ao Posto Indígena onde tentou impedir a continuação dos trabalhos de demarcação através de ameaças aos funcionários da firma Patraty. Apesar das ameaças, os serviços de reavivação continuaram. Em final de março de 1979 estes serviços, provavelmente, já se encontram concluídos". Em maio de 1979, a equipe de vistoria do Departamento Geral de Patrimônio Indígena da FUNAI, em um comunicado dirigido à firma Patraty, apontou diversas distorções verificadas nos trabalhos demarcatórios. Estas distorções iam desde a necessidade de se refazer marcos de cimento e madeira considerados inadequados conforme estabelecido no edital de concorrência, até a necessidade de se corrigir distorções no estabelecimento dos limites da reserva. (Faleiros: 20.05.79,1).

Não se tem informações para saber se as distorções apontadas pela equipe de vistoria do G.P.I. da FUNAI foram corrigidas e a reserva delimitada corretamente.

3.3.3. O depoimento dos Karajá do Norte a respeito da invasão e demarcação de suas terras

Segundo os membros do grupo, o lote invadido pelo fazendeiro Adão Souto, teria sido "cortado" e subtraído da área da reserva. A reavivação dos limites não resolveu o problema da

invasão praticada pelo fazendeiro e a ação do "inspetor" Walderico (não se pode saber ao certo em que época) não se mostrou favorável à comunidade. À área invadida segundo os índios, fica dentro da reserva e atualmente existe uma família branca morando no local, colocada pelo fazendeiro Adão Souto.

Os Karajá do Norte, não aceitam os limites da atual reserva que seriam resultantes da subtração de uma "fatia" na sua parte norte. Se houve, de fato, uma diminuição da área, essa se deu antes da definição do lote 13 feita em 1960 pelo Chefe da 8a. I.R./SPI na solicitação de doação ao governador do estado (Oliveira: 30.07.60, 1-2).

Com base nas informações dadas pelos índios, observou-se que a comunidade guarda muito ressentimento a respeito da forma pela qual a questão dos limites foi resolvida, simplesmente alienando-se o lote à reserva e aceitando a presença do fazendeiro. Um dos objetivos da invasão praticada era segundo os índios, apoderar-se de uma mata de "capitão do campo e outras madeiras valorizadas. A apropriação das madeiras da reserva pelo fazendeiro, em 1982, foi feita através de um acordo celebrado entre o Posto e a serraria de Adão Souto, em regime de 40% para a comunidade indígena e 60% para o fazendeiro. Tendo possibilidade de negociar a madeira em termos amplamente vantajosos e sem os inconvenientes de agir

fora da lei, aparentemente cessaram as tentativas de grilagem de terras indígenas por parte do referido fazendeiro.

4. População

A população atual do grupo é de 185 pessoas, em contagem de outubro de 1997 realizada pela Seção de Saúde da Administração Regional de Araguaína, da FUNAI.

Essa população está dividida em duas aldeias: 95 pessoas na aldeia de Xambioá e 90 na aldeia Kurehe. Compõe-se majoritariamente de Karajá do Norte, além de alguns regionais, que se incorporaram ao grupo principalmente na década de 50, e de alguns poucos Mbya Guarani que se casaram na década de 80 com os Karajá do Norte. São os remanescentes de uma vintena de índios Guarani que aí habitaram nessa mesma época.

Quadro 2

População Karajá do Norte em outubro de 1997 por aldeia

Aldeia:	Xambioá			Kurehe		
	M	F	T	M	F	T
Sexo:						
Faixa						

Etária:

0 - 05	20	9	29	10	12	22
06 - 09	5	5	10	6	3	9
10 - 14	7	9	16	6	11	17
15 - 19	8	5	13	2	5	7
20 - 29	5	4	9	8	3	11
30 - 39	4	5	9	7	2	9
40 - 49	2	2	4	1	1	2
50 - 59	1	1	2	2	1	3
60 -	1	2	2	5	5	10
Total	52	42	95	47	42	90

Total população Karajá do Norte: 185

Fonte: Seção Saúde ADR Araguaína FUNAI

O tamanho da população atual não reflete a existente até o final do século passado, quando oscilava ao redor de 1.350 pessoas. O grupo sofreu um processo extremamente violento de perda de população, desde essa época, que a reduziu, em 1959, a 40 pessoas, cerca de 3 a 4 % do que era a cinco ou seis décadas atrás.

4.1. Evolução da população Karajá do Norte

Os dados mais antigos sobre a população Karajá do Norte são de 1842, coletados por Francis de Castelnau, naturalista francês que percorreu os rios Araguaia e Tocantins. Indicam a existência de uma população superior a duas mil pessoas, que habitavam três aldeias (ver quadro 1).

Em 1847, cinco anos depois da viagem de Castelnau, um funcionário do governo da província de Goyaz foi enviado para fazer um reconhecimento do Araguaia. Registrou o que seria o número de "cabanas" encontradas em cada um das aldeias pelas quais passou. Aparentemente houve uma superavaliação do número de habitações encontradas. Em meados de 1850, outros funcionários do governo da província fazem um censo rigoroso e bastante preciso das quatro aldeias Karajá do Norte, que teriam uma população de 950 habitantes.

Em 1887, Paul Ehrenreich, etnólogo alemão, percorre o baixo Araguaia e faz um registro bastante exato do número de casas encontradas nas aldeias que visitou. Para efeito de cálculo, fiz uma estimativa de população, tomando como base que uma "casa" ou "cabana" corresponderia a 6 habitantes.

Quadro 3

Aldeias Karajás do Norte no século XIX.

1842 Castelnau (1949, vol.I, 330-3)

Aldeias: Semacelho, Almeida, Bento

1o. aldeamento: 100 casas 1000 habitantes 600

2o. aldeamento: 45 casas 300 habitantes 2.500-2.800 ou

3o. aldeamento: - 1.200/1.500 habitantes 800-1670 (*)

Total 2.500-2.800 habitantes

1847-1848 Segurado (1848, vol.10, 197-8)

Aldeia do cap. José: mais que 250 cabanas ("pouco excederão a 200 guerreiros")

Aldeia do meio ou Tauamerim (Cap.Carô): 70 cabanas

Aldeia Tauá Grande: 280 cabanas ("300 guerreiros")

Total 600 cabanas ou 3.600 habitantes

1859 Alencastre (1862, 42-5 apud Moreira Neto: 1974, 238)

Aldeia cac. José: 150 habitantes

Tauá pequeno (cacique Adereque) 250 habitantes

Aldeia do Meio (cap. Joaquim) 200 habitantes

Tauá Grande (cap. Quadi) 350 habitantes

Total 950 habitantes 950

1887 Ehrenreich (1948, 35)

1a. aldeia 60 "ranchos"

2a. aldeia 30 "ranchos"

3a. aldeia 45 "ranchos"

4a. aldeia 90 "ranchos"

total 225 "ranchos" 1.350 (*)

Os registros de população indicam, apesar da diferente qualidade dos dados, uma discreta diminuição do número dos Karajá do Norte no decorrer do século XIX, desde a primeira contagem, em 1842, até 1887.

Mesmo com os conflitos mantidos com brasileiros e com outros grupos indígenas durante todo o século XIX, os Karajá do Norte eram reputados como o mais numeroso e próspero ramo da nação Karajá no final do século passado. Sua "independência" seria a razão desse bem-estar, em comparação com os demais Karajá, "dependentes" da sociedade brasileira (Ehrenreich: 1948, 35; Krause: 1940-1944, vol. 66, 52).

Ao iniciar-se o século XX, a população Karajá do Norte deveria oscilar em torno de mil pessoas, divididas em quatro aldeias: do cacique José, Tauá Pequena, do Meio e Tauá Grande.

A próxima informação é de 1939, quando fontes confiáveis indicam que o grupo vivia em duas aldeias e que sua população era de 65 (sic !) indivíduos (Lipkind: 1939 apud Donahue: 1987, 179). Ou seja, cerca de 5% da população registrada nos censos do final do século.

Quadro 4

População Karajá do Norte nos séculos XIX e XX

<u>população</u>	<u>no. de aldeias</u>	<u>data</u>	<u>fonte</u>
2.500/2.800	3	1842	Castelnau
3.600 (*)	3	1847-8	Segurado
950	4	1859	Alencastre
1.350 (*)	4	1887	Ehrenreich
-	8	1930	Toral
60	1	1940	Nimuendajú
40	1	1959	SPI
66	1	1977-8	FUNAI
76	1	1980	FUNAI
102 (**)	1	1982	Toral
135	2	1987	Maia
185 (***)	2	1997	Funai

(*) indica estimativa feita com base no no. de casas.

(**) incluindo Mbya Guarani

(***) excluindo Mbya Guarani

A quase extinção do grupo em pouco menos de 4 décadas, é um fato difícil de ser esclarecido, basicamente devido à falta de informações relativas ao período. Presume-se que tenham sido atingidos por epidemias trazidas pela população regional chegada, que então se instalava nas recém fundadas povoações ribeirinhas como conceição do Araguaia e outras mais ao norte. A única fonte de informações para esse período é a história oral do grupo que, com efeito, aponta, nas décadas de 20 e 30, uma mortandade extraordinária. Expressões como "Karajá acabou nesse tempo" são comuns para se referirem ao período no qual os vivos "não davam conta de enterrarem os mortos" (do dia). A população sobrevivente parece ter se dispersado em oito aldeias ou grupos locais, alguns dos quais em contato com a população regional. Os remanescentes só seriam reunidos com a chegada dos representantes do S.P.I. (ver localização). Nesse mesmo período a população Tapirapé experimentava depopulação semelhante, inclusive em termos numéricos (ver capítulo correspondente). É de se supor que, nessas primeiras décadas do século XX, os grupos indígenas do vale do Araguaia tenham sido simultaneamente atingidos por epidemias ou doenças que então grassavam entre a população brasileira (gripe espanhola por exemplo). Um número considerável de pessoas foi vítima, também, de violentos conflitos internos que após a reunião dos remanescentes, aumentaram de intensidade.

O crescimento de população total das duas aldeias, de 135 em 1987 para 185 em 1997, mesmo com a retirada dos Mbya Guarani, indica que a população Karajá do Norte, aos poucos, começa a recuperar-se numericamente e indicam, também, a uma tendência cada vez maior de procurar conjuges dentro do próprio grupo indígena, anunciando o que pode ser o fim do período de uniões com regionais.

Atualmente, dado o grande número de jovens com menos de 15 anos, a regularização da assistência, é de prever o crescimento do grupo, embora a passos lentos.

Quadro 5

Evolução da População Karajá do Norte por faixas etárias

Ano:	1959			1977-78			1980			1982		
Sexo:	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T
Faixa Etária:												
0 - 05	5	3	8	10	7	17	11	7	18	13	11	24
06 - 10	3	1	4	6	3	9	9	5	14	14	7	21
11 - 15	4	2	6	3	6	9	3	8	11	3	4	7
16 - 20	2	5	7	3	2	5	4	3	7	6	9	15
21 - 25	1	-	1	3	2	5	4	2	6	6	1	7

26 - 30	1	2	3	2	3	5	2	2	4	3	3	6
31 - 35	1	1	2	2	1	3	1	-	1	3	2	5
36 - 40	-	3	3	-	1	1	-	4	4	1	5	6
41 - 45	-	1	1	2	1	3	-	-	-	-	-	-
46 - 50	1	2	3	1	1	2	1	-	1	-	-	-
51 - 55	-	1	1	1	1	2	2	-	2	1	-	1
56 - 60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
61 e mais	1	-	1	1	4	5	2	6	8	4	7	11
Total	23	21	44	34	32	66	39	37	76	56	49	105

4.2. O processo de perda e recuperação populacional

Desde a primeira década do século XIX, os Karajá tiveram relações conflituosas com as guarnições dos "presídios" do baixo Araguaia, bem como a da "Missão" de Xambioás. Os resultados desses conflitos são algumas dezenas de mortes em ações repressivas. Delas, a mais significativa, foi a morte de mais de 30 Karajá do Norte pelo destacamento da "Missão" de Xambioás, comandado pelo frei capuchinho Savino da Rimini (Moreira Neto: 1974, 248). Calcula-se que os mortos em conflito dessa natureza não ultrapassem, somados, 6 dezenas. Ataques e retaliações entre tropas oficiais e os Karajá do Norte perduraram até 1890, aproximadamente, fazendo vítimas de lado à lado.

Durante o século XIX, os Karajá do Norte mantinham relações intermitentemente hostís com os Apinajé, quando estes se achavam estabelecidos às margens do baixo Araguaia, e invariavelmente hostís com os grupos Kaiapó da margem esquerda do mesmo rio. Apesar do conflito latente, o número de mortos era reduzido. O mais grave deles, até onde se sabe, ocorreu em novembro de 1861, quando num contato de comércio com os Apinajé, foram dizimados todos os tripulantes de 4 embarcações Karajá do Norte, bem como 2 ou 3 indivíduos do primeiro grupo (Moreira Neto: 1974, 235). Entre os grupos em conflito eram relativamente frequentes raptos de mulheres e crianças.

O alcoolismo, também depois de 1940, passa a causar numerosas mortes, por acirramento dos conflitos internos e através do depauperamento físico dos remanescentes. A partir dessa data, até o final da década de 60, o consumo de álcool e os problemas decorrentes passam a se constituir em fator concreto a limitar o crescimento da população Karajá do Norte. Alcoolismo, conflitos internos, falta de assistência médica adequada e continuidade das doenças que os afligiam desde o início do século, são alguns dos fatores que contribuíam para a contínua diminuição populacional. Também os contatos indiscriminados com a população regional, principalente com os barcos de comércio, contribuía para esse quadro, uma vez que envolviam venda de bebidas, prostituição

de mulheres, engajamento dos homens na pesca profissional ou como práticos do rio, abandono da atividade agrícola, brigas e assassinatos, além de numerosos indivíduos que deixavam o grupo para viverem com a população regional. Aos poucos, no entanto, a presença dos representantes do S.P.I. foi inibindo a continuidade desses contatos nocivos e controlando a entrada de regionais na aldeia.

O declínio populacional prolongou-se até o final da década de 50, quando o grupo atingiu seu número mais baixo: 40 pessoas. A continuidade dos Karajá do Norte parecia ameaçada, nessa época, pelo baixo número de crianças existentes e a pouca expectativa de vida dos adultos, especialmente dos maiores de 45 anos. Do início dos anos 60 até o presente, a população Karajá Norte recuperou-se parcialmente seu contingente numérico em grande parte graças à entrada de pessoas de origens regional e indígena: Karajá de aldeias "nortistas" e Guarani.

As primeiras uniões com regionais se deram com a geração cujos remanescentes tem hoje cerca de 60-70 anos, mas não produziram descendentes. A geração que hoje tem 40-50 anos, foi a primeira a ter filhos com regionais. A maior parte dos filhos dessas uniões está na faixa dos 0-15 anos. Ao todo, até o final da década de 80, deram-se cerca de 14 uniões com regionais, dos quais apenas uma parte ainda vive na aldeia.

No final da década de 70, foram trazidos para a área, cerca de 20 Guarani, provavelmente do Mbya, originários do Mato Grosso do Sul, que se encontravam vivendo dispersos em fazendas e reservas do antigo estado de Goiás (ver história do grupo no século XX). Formam ao todo duas famílias relacionadas pelo parentesco de seus líderes, que são primos cruzados. Hum homem e duas mulheres Guarani se casaram com Karaja do Norte. Atualmente esses Guarani já não vivem entre os Karajá do Norte. Permaneceram, como já foi dito, apenas os que se casaram.

Em dezembro de 1982 a população de 102 pessoas, incluía 22 Guarani e regionais e 80 Karajá do Norte ou filhos destes com os primeiros.

Em 1985, a população Karajá do Norte se divide entre as duas aldeias do grupo, Kurehe e Xambioá, com 77 e 58 pessoas respectivamente. Juntos perfaziam um total de 135, segundo cifras seguras colhidas em 1987 por um linguística do Museu do Índio/FUNAI. Ainda segundo esses dados, a aldeia Kurehe teria 15 casas e a do Posto, 12 (Maia: 1987,4).

As uniões com elementos não Karajá do Norte foram recursos para a obtenção de conjuges, dado o isolamento em que os Karajá do Norte estavam em relação às demais aldeias Karajá e Javaé. Essas uniões com elementos "de fora", sejam Guarani ou regionais, que como já vimos tem diminuído, foram importantes

para sua recuperação populacional e mesmo para sua
viabilização enquanto comunidade autônoma.

5. Modo de vida e uso dos recursos naturais

5.1.1. Organização social e meio ambiente

Os Karajá do Norte, como os demais grupos de língua Karajá, marcam o que corresponderia às nossas estações do ano, pelo regime das águas do rio. Dessa forma o ano se compõe de estações bem- definidas: "início da enchente", "enchente", período entre o fim das enchentes e início da vasante quando o rio fica estacionado (*behetxi*), "tempo das praias novas" (vasante) e "tempo das praias" (estiagem)".

A utilização do regime das águas como marcador de tempo demonstra a importância do rio na definição de suas relações com o meio ambiente. Suas manifestações religiosas, formas de organização social e política, bem como suas atividades de subsistência encontram-se centradas na sua relação com o rio durante o ciclo de estações. Cada estação pressupõe um ritmo e atividades sociais bem definidas. O tempo da chuva e do estio não marcam apenas regimes de subsistência bem diferenciados; marcam a chegada e partida de seres sobrenaturais esperados e recebidos pelos grupos de língua Karajá ao longo do ano; determinam também movimentos de reunião e dispersão dos habitantes das aldeias, que resultam em formas sociais singulares no tempo das chuvas e do estio.

A maneabilidade desse sistema social e religioso, capaz de "funcionar" em pequenos acampamentos nas praias e em grandes aldeias, diferencia-os de outros grupos Gê do Brasil central, possuidores de uma morfologia social que necessita grandes aldeias para seu pleno funcionamento.

A seguir veremos como o regime do rio afeta suas formas de se organizarem em sociedades, a influência dessas formas de organização na determinação da esfera política e daí para suas idéias religiosas, através das quais se expressa a maneira pela qual o Karajá "vê", classifica e se relaciona com o "cosmo".

5.1.2. Organização política e territorialidade

Os povos de língua e cultura Karajá se vêem como pertencentes a parentelas de vivos (*wasy*) e de mortos (*wabàdè*), associadas respectivamente aos lugares onde vivem concretamente e onde viveram seus ancestrais.

Todo o território Karajá é visto como intimamente relacionado às parentelas dos mortos que o ocupou, reconhecidas pelos nomes de seus líderes ancestrais masculinos. As parentelas de vivos que o ocupam, contemporaneamente, evocam o nome desses seus ancestrais para justificarem direitos a parcelas desse território. Os Karajá organizam-se basicamente através de

famílias extensas, partes de parentelas com expressão territorial, organizadas em facções com elevado potencial de fissão em relação à comunidade onde vivem. Suas menores aldeias são formadas por apenas uma família extensa, onde geralmente o sogro vive acompanhado pelas famílias dos genros; as grandes, por uma reunião de parentelas formadas por diversas famílias extensas. Os componentes dessas parentelas, também, costumam apresentar-se espalhados por diversas aldeias, o que impede a existência de hostilidade entre aldeias. É uma base sociológica que apresenta considerável potencial de segmentações.

Esses rápidos movimentos de ida e vinda de famílias, de fundação e abandono de aldeamentos, embora possam nos parecer, a nós povos sedentários, como excepcionais, não o são para os tres grupos Karajá. Além dessas cisões semi-definitivas, as aldeias Karajá, Karajá do Norte e Javaé experimentam, uma vez por ano, uma relativa dispersão de seus moradores.

Essa dispersão se faz na época do verão. Embora fosse mais intensa até a década de 50 e 60, ainda ocorre, parcialmente, na maioria das aldeias. Para melhor explorarem os recursos do rio, a população das grandes aldeias, divide-se em unidades sociais menores, formadas desde por um simples família nuclear até por várias famílias extensas coligadas. Espalhando-se por praias, furos, lagos e subindo afluentes do

Araguaia, procuram, com grande mobilidade, explorar as espécies vegetais e animais que a estação do ano oferecia. O "tempo das praias", portanto, subdivide-se em "tempo da tartaruga e seus ovos, do tracajá e seus ovos", "tempo do crumata" e assim por diante.

O sistema religioso dos grupos de língua Karajá, através de um elaborado sistema ritual, manifesta-se ativamente nesses pequenos acampamentos de verão nas praias, como também, na época das chuvas, nas aldeias maiores. As festividades do verão, as *ijasò anaràky*, tem forte conotação propiciatória, uma vez que asseguram o contato da comunidade com os seus ancestrais longínquos, os *ijasò*, senhores dos animais do céu, da água e da terra. A atuação dos xamãs, da comunidade organizada e dos *ijasò*, traz o alimento para a aldeia. Os povos de língua Karajá, conceitualmente, alimentam-se através da renovação dessa sua aliança com seu passado.

Essa concepção, de que a subsistência é garantida, entre outras coisas, através de uma atitude religiosa correta, marca uma visão tradicionalista e bastante comum a respeito da disponibilidade dos recursos naturais.

A partir do início das chuvas e subida do nível do rio os Karajá reúnem-se nas suas aldeias maiores, localizadas nas "barreiras" ao longo do Araguaia. É o tempo da caça, de se iniciar a preparação das roças, do milho verde, da colheita

das roças e da coleta de diversas espécies vegetais. É também o tempo das grandes festas de iniciação masculina, o *Hetohoky*, a "festa da Casa Grande", nos quais a comunidade interage com uma série de seres de diversos domínios do cosmo para a formação de seus novos membros.

Essas famílias extensas que sozinhas ou coligadas vivem de maneira independente durante o verão são a base e o limite do sistema político dos povos de língua Karajá. Sua reunião anual no período das chuvas causava e causa um aumento considerável da atividade política, através da formação e atualização de um complexo sistema de alianças, onde se faz e desfaz facções, consagra-se lideranças e afasta-se outras.

Essa intensa atividade política geralmente resulta na formação de novas aldeias por facções que se encontram em situação desvantajosa. A instalação de agências religiosas ou governamentais, a partir desse século, entre os povos de língua Karajá, abriu uma nova pauta de negociação entre as diversas famílias extensas articuladas em facções. Doravante, o domínio do aparelho da FUNAI, dos empregos, da interlocução com os "brancos", das oportunidades e vantagens oferecidas ao grupo transformou-se em objetivo das partes envolvidas nessa disputa política.

5.1.3. O processo de formação das aldeias de Kurehe e Xambioá.

As atuais aldeias, como vimos, são formadas pela reunião de diversos grupos de Karajá do Norte que viviam dispersos após a intensa perda de população que ocorreu desde o início do século.

Como qualquer outra aldeia Karajá, o líder da facção majoritária na aldeia Xambioá, quando esta era a única dos Karajá do Norte, pertencia ao grupo que já vivia no local, antes da incorporação das populações de outros aldeamentos. Essa parentela acabou por assumir funções de liderança e de interlocução privilegiada com os não-índios, principalmente com o S.P.I., posteriormente com a FUNAI, no encaminhamento de assuntos que dizem respeito a toda comunidade (venda de madeira, ocupação dos empregos ligados ao Posto, utilização do veículo, etc.).

A formação da atual aldeia de Kurehe foi apenas mais uma demonstração da vigência da política tradicional, onde às facções em situação desvantajosa restam as opções de permanecerem numa situação de sujeição ou procurarem outro lugar para viver.

Ainda hoje as principais facções dos Karajá do Norte estão ligadas aos líderes das famílias extensas que se coligaram na

época da formação da aldeia Xambioá. A ligação dos indivíduos atuais com os grupos familiares "originais" que formaram a aldeia, parece ser, hoje em dia, uma referência forte, como indica a permanência do nome desses líderes familiares das décadas de 40 e 50 como "sobrenome" dos atuais Karajá do Norte.

Atualmente os nomes "típicos" são compostos de (1) nome em português, acrescido do (2) nome Karajá do Norte, (3) sobrenome familiar (nome do principal da facção familiar: Txebwaré, Axure, etc) e (4) sobrenome "étnico" (Karajá).

A separação das aldeias do Posto e Kurehe parece ter sido motivada fundamentalmente pela disputa, entre facções, de recursos destinados à totalidade da comunidade. A fundação da nova aldeia foi feita contando-se com a possibilidade de que os separatistas pudessem gerir os recursos alocados pela FUNAI. Os partidários de um e outro lado equivalem-se em número. Anos após a cisão, aos poucos retomaram-se os contatos interrompidos entre os dois grupos.

Ainda que por razões "contemporâneas", assistência e interlocução com brancos, a última cisão de aldeias dos Karajá do Norte, como no passado, foi produzida por incompatibilidade de "facções", formadas por famílias extensas coligadas, que, com uma nova aldeia, ampliam seu espaço político.

Considerando-se o aumento de população esperado e a vigência desse mecanismo cíclico de cisão, espera-se a formação de novas aldeias num futuro próximo. Com uma maior presença ao longo de seu território e dada a exigüidade dos recursos da atual "Terra Indígena" é de se prever um aumento progressivo nos conflitos dos Karajá do Norte com os proprietários vizinhos.

A evolução da população Karajá do Norte repete movimentos considerados como uma constante na relação entre índios e brancos no Brasil: (1) queda de população por doenças e choques armados, (2) dispersão dos sobreviventes, (3) reunião dos remanescentes promovida pelo S.P.I. numa única aldeia com definição de área provisória que tende a tornar-se definitiva, (4) recuperação populacional, aumento do número de aldeias. Os Karajá do Norte encontram-se nessa última fase. A próxima fase já se iniciou: (5) conflitos com particulares devido à inconveniência da área definida pelo S.P.I./ FUNAI e, posteriormente, (6) reivindicação de suas áreas tradicionais expropriadas no processo de contato.

5.1.4. Identidade étnica

Em ambas as aldeias enfatiza-se o desejo de se viver um estilo de vida mais Karajá, afastando-se dos brancos. Parece haver um consenso, entre os Karajá do Norte, da necessidade de projetos e iniciativas destinadas a prestigiar aspectos "tradicionais" de sua cultura num esforço para preservar sua identidade étnica.

Devido à intensa perda de população e às posteriores uniões com pessoas da população regional, os Karajá do Norte passaram por mudanças culturais importantes.

Além da língua, que hoje, grosso modo, é praticada de forma ativa somente pelos adultos e de forma passiva pelas crianças, a vida cerimonial também sofreu algumas alterações importantes.

Os Karajá do Norte mantiveram sua festas de iniciação masculina, feitas anualmente no dia 19 de Abril, o Dia do Índio. Nesse cerimonial, que marca a passagem de grau de idade de "meninos" para a de "rapazes", a aldeia é visitada por representações de *kàralahuni*, "espíritos de guerreiros Kaiapó" (mortos em combate com os Karajá do Norte), que se associam aos iniciandos como espíritos protetores. Os *kàralahuni* são alimentados pelas famílias dos iniciandos, que lhes preparam o *korotxu*, bolo de beiju recheado com pedaços

de peixe. Assim com os demais grupos de língua Karajá, os Karajá do Norte enfatizam a iniciação masculina realizando-a, igualmente, no auge para o final da estação das chuvas.

Existe uma consciência por parte da comunidade adulta, de que é importante valorizar e retomar aspectos de sua cultura tradicional, objetivando o fortalecimento de sua identidade étnica (Maia: 1987, 7). Essa consciência, no entanto, manifesta-se de forma passiva, muitas vezes pelo desconhecimento de mecanismos de incentivo e difusão de elementos da cultura tradicional Karajá do Norte (ver 7.3.).

5.2. Exploração do meio ambiente

5.2.1. Relacionamento específico com o meio ambiente e sazonalidade.

Como os demais grupos Karajá, os Karajá de Norte podem ser definidos, basicamente, como pescadores. A base da alimentação do grupo é conseguida com a pesca e coleta daquilo que o rio e seus terrenos marginais lhes oferecem. A reduzida produção de suas lavouras completa e os gêneros agrícolas que compram fora da aldeia completam sua subsistência, que está longe de satisfatória.

A pesca é feita basicamente, ao longo do rio Araguaia, em locais apropriados ou então, em lagoas situadas fora da reserva, principalmente na margem paraense, subindo o rio Maria. Suas excursões de pesca, fora da área indígena, causam frequentemente atritos com fazendeiros e proprietários das terras que percorrem. Durante o verão, costumam subir os afluentes do rio Araguaia, à procura de peixes e de ovos de quelônios nas praias. Nessa estação, suas excursões de pesca podem durar alguns dias, não mais que uma semana. Durante a época das chuvas são frequentes as pescarias feitas em geral por dois homens, que saem pela manhã e retornam ao final da tarde. Além da pesca com anzol, tarrafa, redes, arpões, costumam utilizar-se também do arco e da flecha.

O peixe é a principal fonte de proteínas para os Karajá do Norte. Quando cogitava-se da construção da hidrelétrica de Santa Isabel (ver adiante em 6.4.) e a conseqüente formação do lago, o grupo foi tomado de grande intranqüilidade, pois haveria uma grande alteração da fauna ictiológica, que era e é a base da dieta Karajá do Norte.

A caça no interior da área, atividade altamente compensadora na década de 80, teve sua importância diminuída nos dias de hoje. Na caça, as espécies de animais mais procuradas são o porco caetetu, veados, tatus, macacos e jabotis.

Em função dos desmatamentos e queimadas feitas nas áreas vizinhas a caça acabou por se refugiar nas matas de reserva, a única que manteve parte da cobertura vegetal original. Os resultados que conseguem nessa atividade, no entanto, são limitados pela dificuldade de obterem dinheiro para comprar munições e pela qualidade inferior dos cartuchos fabricados na aldeia e das velhas armas que utilizam.

Em 1962, respondendo a uma circular da 8a. I.R. de Goiânia a respeito das "riquezas" (sic) existentes na reserva, o encarregado informa que os Karajá do Norte se dedicavam à caça de jacarés, felinos, lontras e ariranhas com o objetivo de comercializarem as peles (Mota: 20.09.62, 1). Depois que foi proibido o comércio de peles pela Legislação Federal, a caça se limita até hoje, à obtenção de alimentos. A única espécie animal que ainda caçam para comercialização é a arara (azul e vermelha). Vendem ocasionalmente seus "couros" com penas para os Karajá e Javaé da Ilha do Bananal, que os utilizam na fabricação de artesanato de plumária. É, no entanto, um comércio esporádico, dada a distância que os separa dos compradores.

A atividade de coleta atualmente se limita a diversas frutas sazonais tais como o marmelo, bacaba, macaúba e anajá em dezembro, do açaí em agosto e do cajá em fevereiro. Essas espécies são coletadas em zona de floresta, fora da área da reserva. Além dessas espécies nativas, o grande número de

mangueiras existentes na aldeia fornecem-lhes boa quantidade de frutos nos meses de dezembro e janeiro.

5.2.2. Ecossistemas explorados

Já examinamos atrás os locais utilizados pelos Karajá do Norte em suas atividades de subsistência: coleta de alimentos e matérias primas, pesca, caça e agricultura. coleta. Como vimos as áreas utilizadas, a maior parte fora da área da reserva, incluem os rios tributários do Araguaia das proximidades, especialmente o Maria e o Água Fria. Também os lagos próximos ao Araguaia são utilizados. No verão percorrem as praias, campos e matas à montante e à jusante da aldeia, em atividades de coleta de ovos de quelônio e de frutas e outras espécies silvestres.

A pesca de quelônios é feita no "poção do Adão Souto" e em outros lugares nas proximidades e fora da reserva.

A pesca se faz em diversas locais, que variam de espécie para espécie durante o ano. A seguir procurarei relacionar os peixes mais comumente pescados e sua destinação.

Quadro 6

Tipo, destinação, forma e local de captura de peixes entre os Karajá do Norte

Tipo de peixe	Finalidade C= consumo V= venda	Como se pesca T= tarrafa L= linha	Local B= beira do Araguaia R= ressaca
fidalgo	C/V	T/L	B
barbado	C/V	T/L	B
boca larga	C/V	T/L	B
pintado	C/V	T/L	B
jaraqui	C/V	T	B
curimatá	C/V	T	B
tucunaré	C/V	L	R/B
pirarara	C/V	L	B
filhote	V	L	B
piau	C/V	T/L	pedral
pacú (manteiga, folha, branca, dente-seca, caranha, curipete, arara e lombo de folha)	C/V	T/L	baixio, pedral, lagoas no verão, B (saranzais) no inverno
cruvina	C/V	T/L	B
pirarucu	V	arpão	R
cachorra	C	T/L	B
bicuda	C	T/L	B
aruanã	C/V	T/L	B
piranha	C	T/L	B

6. Relação do grupo indígena com a sociedade nacional

6.1. Utilização dos recursos naturais

Para a fabricação de artesanato utilitário ou destinado à venda, utilizam recursos naturais localizados, na sua grande maioria, fora da reserva. A insuficiência de materiais destinados à elaboração de artesanato no interior da atual reserva, faz com que os Karajá do Norte se envolvam num indesejado e custoso comércio de matérias primas com a população regional.

Para a elaboração de flechas, por exemplo, tem que se comprar o taquari, pagando por "touceira", em Pau D'Arco. Podem conseguí-lo também no regime "à meia": recebem x taquaras e devolvem $x/2$ em flechas para quem lhas deu. Consegue-se taquarí também nas cabeceiras do rio Matinha, fora da reserva.

O imbé para se fixar a ponta ao corpo da flecha, é conseguido através do comércio com os Tapirapé e Javaé principalmente ou então, nas cabeceiras do rio Maria, onde compram-no a metro. O mulungu, semente preta ou olho de cabra para confecção de colares, pulseiras, brincos etc, é conseguida nas margens paraense do Araguaia, fora da reserva, ou então é comprada por saco. Também a palha de buriti, essencial para elaboração de esteiras, cestos, cobertura de casas, etc.) é comprada de

pequenos fazendeiros, no Pará, em Pau D'Arco e em Araguaína, pagando-se por "molho" de palha. Também o patí, para fabricação de arcos, é conseguido na margem paraense do Araguaia.

A inexistência desses materiais dentro da reserva é fator limitante à elaboração de artesanato, o que traz como consequência um empobrecimento da cultura material do grupo. O comércio com regionais, nessa perspectiva, não pode ser encarada senão como paliativo de um problema de definição territorial que requer outro tipo de solução.

6.2. Formas de inserção na economia regional

A comunidade Karajá do Norte mantém diversos tipos de relacionamento econômico com a sociedade envolvente: empregos ligados às secretarias estaduais da saúde e educação, à FUNAI, aposentadorias do FUNRURAL, venda de peixe e artesanato e venda esporádica de força de trabalhos para as fazendas vizinhas etc.

Seu engajamento na economia regional, apesar de se dar sob muitas formas, é relativamente pouco importante devido à distância de centros economicamente significativos e a inexistência de polos de desenvolvimento.

A compra de produtos industrializados (sal, tecidos, açúcar, óleo, artigos de ferro e para a pesca, querosene, etc.) se faz com o dinheiro que conseguem através de empregos e, num grau menor, de outras fontes de renda vistas acima. O que conseguem, no entanto, é insuficiente para a compra de produtos "básicos", como se podia conferir, na década de 80, pelas dívidas constantes acumuladas pelos Karajá do Norte na "cantina" da FUNAI. Nessa época, como no presente, dependem do comércio regional, para a compra de gêneros tais como farinha e arroz.

Apesar da dificuldade que tem para conseguir o material necessário à elaboração de artesanato, vendem regularmente sua produção à população regional. São principalmente objetos de uso prático, como moringas, remos, etc, ao contrários dos demais grupos de língua Karajá que se especializaram como produtores de artesanato "turístico".

Os não muito numerosos turistas que percorrem aquele trecho do Araguaia no verão compram-lhe, também parcela reduzida de artesanato. Vendem alguma coisa a particulares que lhes compram a produção provavelmente para revenda em outros centros. Dirigiam-se para Pau D'Arco anualmente, no início da década de 80, para a venda de artesanato a um comprador local, uma freira.

A fabricação de artesanato por parte dos Karajá do Norte é limitada pela ausência de pólos turístico na região e pelo isolamento das aldeias atuais. Apesar de conhecerem técnicas de elaboração de sofisticados trabalhos de plumária e disporem da matéria prima (penas de pássaros) é relativamente rara a produção dessas peças mais elaboradas, pela ausência de compradores que seu preço e tempo de trabalho necessário implicam, preferindo concentrar sua produção em itens de baixo valor como colares, testeiras, chocalhos, etc.

Vendem pequenas quantidades de peixe para as corrutelas e garimpos próximos até 30 km a montante e jusante das aldeias. Comercializam peixe também em Araguaína. Não realizam viagens a Araguaína exclusivamente para venda de peixe, antes aproveitam-se de outras, encetadas por outros motivos. Não vendem mais as mantas de pirarucu salgadas, devido à inexistência de compradores. A pesca do pirarucu, principal modalidade de pesca profissional foi feita até meados da década de 60, quando os regatões percorriam aquele trecho do Araguaia.

A venda de força de trabalho se dá principalmente durante abril à junho, nas derrubadas que precedem as queimadas nas fazendas da região. Poucos homens empregam-se nesse trabalho, que raramente dura mais que algumas semanas. O trabalho é combinado em regime de empreita, onde um grupo responsabilizava-se por um determinado trecho da mata,

recebendo por alqueire derrubado e a comida correndo por conta dos próprios trabalhadores. O regime de trabalho combinado com os índios não se diferenciava do adotado com trabalhadores da região. Até o final da década de 80, era relativamente frequente fazendeiros entrarem na aldeia de caminhão, recolhendo a mão-de-obra de que necessitavam.

Esporadicamente, alguns homens chegavam a trabalhar de peões em fazendas próximas por períodos limitados de tempo. As famílias Guaraní, na década de 80, costumavam trabalhar em fazendas próximas, para onde dirigiam com toda a família, por períodos de tempo relativamente longos. Albino Guarani e sua família, por exemplo, viviam e trabalhavam na fazenda de Adão Souto, fazendeiro vizinho.

Atualmente seis Karajá do Norte são assalariados como professores pela secretaria estadual da educação do Tocantins e outros quatro como monitores de saúde, pela secretaria de saúde. O chefe do Posto Indígena também é Karajá do Norte. A maioria dos idosos recebe aposentadoria do FUNRURAL.

6.3. Intercâmbio social e representação política

Atualmente, dada a redução de população e das áreas controladas por povos indígenas no norte goiano, além de seu confinamento em reservas distantes umas das outras, diminuiu

em muito as possibilidades de intercâmbio entre os grupos indígenas da região. Os Karajá do Norte, por sua distância em relação aos demais grupos Karajá, não tem quase contato com outras aldeias de mesma língua. A sua posição geográfica, isolados às margens do Araguaia, longe dos Krahô e Xerente, grupos majoritários na região, e sua pouca população, comparativamente aos demais, são outros fatores que levam a um escasso contato com esses grupos indígenas.

Os Karajá do Norte lamentam esse quase isolamento em relação a outros grupos Karajá de uma forma específica e, de uma forma mais geral, em relação aos grupos assistidos pela ADR de Araguaína. Por outro lado, mantém muito contato com a população regional vizinha, de corrutelas, fazendas e cidades próximas. Diversos membros do grupo apresentam, em suas histórias de vida, passagens ou contatos esporádicos com diversas denominações evangélicas. Não se conhece casos em que candidatos Karajá do Norte tenham concorrido com sucesso a cargos de representação nos municípios próximos.

6.4. Projetos governamentais para a região

6.4.1. Estradas

O asfaltamento da rodovia estadual que vai de Araguaína a Santa Fé do Araguaia e daí a Pontão na margem do Araguaia na

divisa com o Pará deve influenciar em muito a vida dos Karajá do Norte. Atualmente apenas o primeiro trecho, até Santa Fé do Araguaia encontra-se asfaltado; as obras de terraplenagem necessárias para estender o asfalto até o Pontão encontram-se, aparentemente, bastante adiantadas. Sua pavimentação esta para ser executada no biênio 97/98, conforme projeto da Secretaria dos Transportes e obras do governo do Tocantins.

Esta previsto, também pelo governo do Estado do Tocantins, a implantação de diversos portos, à montante e à jusante das aldeias Karajá do Norte, no biênio 2005/2006. Destinaria-se a ser utilizado no projeto do "Corredor Multimodal de Transportes Centro- Norte" (Tocantins- Secretaria dos Transportes e Obras s/d). À montante de Xambioá, teríamos então os portos de Araguanã, Pontão e Pau d'Árco. Os Xambioá ficariam entre os dois últimos.

O asfaltamento deverá trazer um escoadouro para a produção regional, além da ligação do Pará com a Belém- Brasília, via Santa Fé do Araguaia. Espera-se a valorização das terras próximas à rodovia, o que inclui as proximidades da Terra Indígena Xambioá.

6.4.2. A UHE Santa Isabel

A aproximadamente 150 km a jusante das aldeia Karajá do Norte estava prevista a construção da hidrelétrica Santa Isabel.

Segundo o Relatório "Plano 2010", divulgado pelo Ministério de Minas e Energia e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), trata-se uma hidrelétrica com potência programada de 660 MW, o que a classifica como sendo de porte médio. O início da construção estava previsto para 1995. A data de enchimento do lago seria no ano 2000 e as máquinas entrariam em operação no ano 2001. O custo total da obra seria da ordem de US\$ 1.810.100.000,00. Ainda segundo a mesma fonte, essa hidrelétrica ocuparia uma área de 3.746 km² (MME, Eletrobrás : Plano 2010, 171), superior, portanto, àquelas ocupadas por Itaipú, Tucuruí e outras hidrelétricas de grande porte.

Apesar da divulgação desse cronograma, as obras relativas à construção dessa hidrelétrica já sofreram muitos adiamentos no passado e sabe-se que os prazos constantes no "Plano 2010", também já não correspondem à realidade. Dificilmente o início das obras se daria ainda neste século. A dificuldade de se conseguir informações oficiais seguras a respeito do cronograma de obras parece refletir a inexistência de uma posição oficial sobre o planejamento e a prioridade da UHE Santa Isabel.

Os trabalhos necessários à sua implantação encontram-se atualmente paralizados. Em 1984, no entanto, foram concluídos os estudos correspondentes à fase de Viabilidade da UHE, elaborados pela ENGEVIX/ ELETRONORTE. O apêndice 4, "Estudos Ambientais" do vol. I, trata especificamente dos efeitos da hidrelétrica sobre a comunidade Xambioá e das medidas destinadas a minorar o impacto e indenizar a comunidade.

Apesar dessa indefinição, a ameaça de construção dessa hidrelétrica, que teria graves consequências sobre a comunidade Xambioá, permanece.

6.4.2.1. Síntese das consequências da Construção da UHE Santa Isabel sobre os Karajá do Norte

Não foi possível o acesso a mapas que mostrassem especificamente a cota de inundação prevista para a reserva dos Karajá do Norte. O único mapa disponível, com a cota de inundação prevista, abrange toda a região do baixo Araguaia, onde se inclui a AI Xambioá. Esse mapa, elaborado pela ENGEXIX S.A., mostra, no entanto, que cerca de 1/3 a metade da atual AI serão submergidas com a formação do lago da hidrelétrica.

Dependendo, para sua subsistência, basicamente do que conseguem com a pesca, coleta e agricultura, o alagamento de

grande parte da área constitui grave problema que ameaçava, a curto prazo, o futuro dos Karajá do Norte.

A seguir como cada atividade de subsistência seria afetada com a construção da lago da UHE Santa Isabel.

Agricultura : todas as áreas utilizadas atualmente deverão ser inundadas. As roças do Projeto de Desenvolvimento da FUNAI (600 pés de laranja, mandioca, cana, banana, arroz, milho, etc), roças recém abertas e todas as demais se perderão. Nenhuma das roças atuais, em geral localizadas a cerca de 3- 4 km das aldeias escaparão da inundação. Também se perderão as incontáveis mangueiras, plantadas na aldeia pelo S.P.I.. A atual casa de farinha, construída próxima às roças, também será submergida.

Coleta : numerosas espécies vegetais coletadas e utilizadas para elaboração de artesanato (de uso ou para venda) e alimentação, que nascem nas margens do Araguaia, serão extintas e a vegetação levará alguns anos até se recompor, embora talvez nunca volte a ser tal como é hoje. O prejuízo que os Karajá do Norte sofrerão na coleta de alimentos e materiais não pode ser medido unicamente pelo que se perderá dentro da reserva, mas com a avaliação daquilo que se perderá na área efetivamente ocupada pelo grupo, que inclui toda a região circunvizinha e marginal ao Araguaia e seus afluentes.

Caça : mais de 1/3 da área utilizada pela grupo para caça será inundada. Além da fauna que desaparecerá com a enchente, numerosas espécies certamente encontrarão dificuldades em adaptarem-se ao novo ambiente formado pelo lago. Teme-se o desaparecimento de muitas espécies e o desequilíbrio na cadeia alimentar e no ecossistema da região como um todo. Dada o progressivo desaparecimento da cobertura vegetal nas áreas vizinhas, dificilmente podera se pensar numa indenização em terras com matas semelhantes às que serão inundadas.

Pesca : a mais importante fonte de alimentos para o grupo é também a que mais duramente seria afetada com a formação do lago. A comunidade teme o desaparecimento de diversas espécies que sobem e descem o rio para reprodução e alimentação. Todos os locais tradicionalmente piscosos utilizados (beira de rios, remansos e lagoas) desaparecerão. A captrura de quelônios (tartarugas) e a coleta de seus ovos, também deverão ser seriamente prejudicadas, devido ao desaparecimento das prais onde essas espécies fazem a desova. A cultura desse grupo, basicamente pescador, deverá sofrer sério abalo coma diminuição dos resultados daquela que é sua mais importante atividade econômica. Esse fato certamente vai forçá- los a procurar novas fontes de subsistencia, o que deverá ter influência negativa nesse momento em que buscam resgatar sua identidade étnica, mantendo sua ligação com a

mais tradicional fonte de alimentos para os Karajá : o rio Araguaia.

6.4.2.2. Recursos naturais da AI que seriam desativados :

Madeira- A região da reserva é excepcionalmente rica em espécies valorizadas do mercado madeireiro. Entre outras, são mais abundantes o cedro manso, jatobá, taúba e mogno. Existem outras madeiras que, embora não tenham o mesmo valor, são também comercializáveis : capitão do campo, louro cravo, mango, orelha de macaco, garapiá e outras. Como foi visto atrás, várias das invasões ocorridas na reserva estavam ligadas ao desejo de madeireiros e fazendeiros de explorarem essas madeiras, especialmente as praticadas pelo fazendeiro Adão Souto. Por diversas vezes representantes de madeireiros estiveram no Posto ou mantiveram entendimentos com os índios ou com o chefe de Posto, buscando acordos para a exploração da madeira.

A madeira mais cara e valorizada, mogno, é, ao mesmo tempo, uma das mais abundantes. As concentrações dessas espécies dão-se nos chamados "canteiros", mas sua área de ocorrência abrange praticamente toda a reserva. Várias dessas concentrações são submergidas pela formação do lago. A necessidade dessa madeira nas obras que se farão necessárias para a instalação da comunidade em outras aldeias e seu alto valor no mercado inducam a necessidade de seu aproveitamento

através da instalação de uma serraria que poderia operar com a utilização da mão de obra Karajá do Norte.

Ouro- Na região em torno da AI existem diversos garimpos funcionando, o mais próximos deles, o Garimpinho, funcionava a menos de 40 km da aldeia do Posto. Os índios tem como certa a existencia de ouro no interior da área, em quantidades que justificariam sua exploração. Mesmo com técnicas e materiais rudimentares, alguns índios já tem garimpado no interior da reserva e sempre conseguido algum ouro. A equipe da firma Patraty, que realizou o trabalho de reavivação dos marcos da reserva em 1979, declarou que havia encontrado sinais de ouro em diversos córregos e grotas. Os Karajá do Norte chamaram a um Karajá, de nome Francisco, que conhecia a atividade do garimpo, para trabalhar e ensinar as técnicas aos demais. Em 1982, Francisco vivia na aldeia Xambioá. Ainda por volta dessa época, regionais casados com homens e mulheres Karajá do Norte estiveram nos garimpos das redondezas para vender peixe e se informarem sobre os materiais necessários para se explorar o ouro da AI. A comunidade, no entanto, desanimou-se ao tomar conhecimento dos altos custos da operação (maquinário principalmente). Com uma provável inundação da área, a comunidade teme que as reservas de ouro, por ventura existentes, possam ficar sob as águas.

6.4.2.3. Realocação dos Karajá do Norte

Segundo os Karajá do Norte, a eleição de uma nova área para sua realocação, em função das importantes perdas territoriais que sofrerão com o surgimento do lago da UHE Santa Isabel, deveria satisfazer às seguintes condições : compensar, com uma área maior que a insuficiente reserva atual, a parcela que será tomada pelas águas; compensar a insuficiência da atual reserva para a coleta de materiais e alimentos, incluindo- se as cabeceiras do rio Matinha, utilizadas atualmente; oferecer áreas agricultáveis suficientes; oferecer áreas que tenham boa cobertura vegetal (matas altas) e que ofereçam caça suficiente.

A área que preencheria estas condições acima, inclui as cabeceiras do rio Matinha e está localizada nos fundos da atual reserva. Caso algum dia chegue- se a discutir uma indenização em terras, a proposta inicial do grupo, que poderia servir de base para uma discussão, é a que se segue no mapa em anexo. Foi indicada a André A. Toral em 1982, numa reunião na sede do P.I. Xambioá.

7. Condições de vida

7.1. Assistência

Desde a década de 40 os Karajá do Norte recebem assistência do S.P.I./FUNAI, embora em caráter intermitente e descontínuo. Atualmente o Posto Indígena Xambioá, localizado na aldeia de mesmo nome, está jurisdicionado à Administração Regional da FUNAI de Araguaína.

Os trabalhos do S.P.I. eram dificultados pela grande dispersão e nomadismo sazonal do grupo, que vivia em diversas aldeias. Sempre que o S.P.I. se propunha a dar assistência aos Karajá do Norte a primeira providência que tomavam era a de reunir os diversos grupos locais e tentar fazer com que se dedicassem mais às atividades agrícolas, com abertura de áreas para roças, construção de depósitos, doação de implementos agrícolas, etc. Evidentemente o objetivo era tentar fazer com que essa população se tornasse mais e mais sedentária e que restringisse seus deslocamentos à área que lhes havia sido destinada pelo governo federal.

Conforme se vê através da documentação expedida pelos chefes de Postos, desde a década de 50, havia considerável empenho em fazer com que os Karajá do Norte deixassem de frequentar seu território tradicional, áreas que já estavam ocupadas ou em processo de ocupação pelos regionais, cessando, dessa forma, os atritos com os novos "proprietários" (ver item

Situação da Terra). A cultura tradicional do grupo era confundida, pelo S.P.I. e FUNAI, com suas pescarias "intermináveis", com a "vagabundagem" nas praias e o consumo exagerado de bebidas alcoólicas. Nesse quadro de entendimento equivocado, o modo de vida do grupo, numa situação de contato desfavorável, aparecia aos olhos dos funcionários como obstáculos ao trabalho de assistência e à sua própria sobrevivência enquanto comunidade autônoma. Os atritos com as lideranças, desestímulo aos rituais, ao uso da língua e ao xamanismo parecem ter se iniciado logo nos primeiros anos de implantação do S.P.I. e continuado sob a FUNAI.

O Posto da FUNAI na aldeia Xambioá conta com casa- sede equipada com rádio transmissor, com banheiro e fossa séptica. Num outro prédio funciona a enfermaria e escola. Um motor gerador fornece energia elétrica durante a noite, conforme a quantidade de combustível existente. O Posto dispõe de duas lanchas "voadeira" com casco de alumínio Levefort, com motor de pôpa de 15 hp e outro com motor tipo "rabeta".

A aldeia Kurehe ainda não possui infraestrutura de educação e saúde implantada tal como ocorre em Xambioá, sede do Posto.

Na década de 80 funcionou uma pequena cantina na aldeia. Sua instalação foi de fundamental importância para a comunidade porque tirou o grupo da dependência de comerciantes inescrupulosos, que incluíam a pinga nos seus negócios, mas

também porque os comércios existentes nos patrimônios próximos à aldeia vendem mercadorias a preços consideravelmente mais caros do que se consegue comprando os artigos em Araguaína, ou em outros centros regionais de distribuição. O investimento inicial feito pela Ajudância de Araguaína foi de aproximadamente US\$ 956,00 ao câmbio da época, incrementado com outros aportes posteriores. O estado de insolvência contínua da aldeia e a falta de dinheiro para pagar as dívidas fez com que os administradores da FUNAI, seguidamente, "anistiassem" os devedores, até que a cantina se tornou inviável.

Como vimos no item 6., são poucas as possibilidades dos índios conseguirem dinheiro com trabalhos dentro e fora da reserva. A venda de força de trabalho é esporádica e as possibilidades de se conseguir dinheiro com a venda de peixe são limitadas pelas dificuldades de comercialização. Os índios tem grande dificuldade para a aquisição de artigos de primeira necessidade, como roupas, sal, sabão, utensílios de ferro, etc. A falta de dinheiro não lhes causa privações alimentares devido à possibilidade de conseguirem alimentos com pesca, roças e caça.

7.2. Saúde

A aldeia Xambioá conta com dois monitores de saúde e um enfermeiro contratados pela secretaria estadual. A aldeia Kurehe conta com um atendente de enfermagem e dois monitores de saúde. Dados os limitados recursos de saúde existentes nas aldeias, o atendimento de fato se faz através de remoções para cidades próximas.

Utilizam os hospitais de Santa Fé do Araguaia (distante 70 km) e Araguaína (170 km), com remoções dos doentes mais graves para Goiânia ou Brasília. Os Karajá do Norte tem muita necessidade de um veículo em condições de funcionamento para remoção de doentes em casos de emergência.

A comunidade ficou especialmente revoltada com a morte da líder Txuodesè, de tradicional família local, ocorrida por complicações durante o parto, e pela impossibilidade de se conseguir auxílio devido à inexistência de um veículo na aldeia e pelas ausências do chefe de Posto e da atendente de enfermagem.

7.3. Educação

Existe um interesse bem definido da comunidade em relação a projetos de recuperação de partes de seu acervo cultural, em especial aqueles que visem o ensino da língua para as crianças. A reversão do atual quadro de diglossia é uma das preocupações constantes da comunidade, que relaciona identidade étnica diferenciada à manutenção da língua indígena.

A alfabetização em Karajá do Norte se ressentida da falta de material didático específico para o dialeto deste grupo indígena. Não é raro utilizarem material elaborado para os Karajá e Javaé em suas escolas, dialetos muito diferentes do Karajá do Norte. Atualmente seis professores Karajá do Norte dão aulas nas escolas das duas aldeias, pagos pela secretaria estadual da educação do Estado do Tocantins.

7.4. Alimentação

Os Karajá do Norte obtêm sua alimentação basicamente com o que conseguem do rio e de suas roças. O rio lhes fornece a maior parte da proteína animal que consomem. A caça também colabora com a proteína animal conseguida pelo grupo.

A produção das roças, no entanto, não é suficiente para prover a comunidade de gêneros agrícolas, o que os faz

recorrer ao comércio regional, principalmente para a compra de arroz e farinha de mandioca. Para uma descrição mais detalhada das relações econômicas dos Karajá do Norte com a sociedade envolvente ver item 6.2.

A crônica deficiência de suas roças, o aumento da população e a falta de perspectivas para a obtenção de dinheiro, faz com que o grupo sofra, ciclicamente, a falta de alimentos básicos, como arroz e farinha. A situação alimentar só não se agrava devido à existência do rio, fonte perene de alimentos para o grupo.